

## POLÍTICAS CURRICULARES PARA EDUCAÇÃO FÍSICA: OS DOCUMENTOS CURRICULARES OFICIAIS E A INTERDISCIPLINARIDADE

Caroline Foggiao Ferreira<sup>1</sup>  
Andressa Marques da Silva<sup>2</sup>  
Andressa Aita Ivo<sup>3</sup>

### RESUMO

O currículo encontra-se como um espaço de relações de poder, constituído a partir de uma ideologia, uma cultura e uma visão de sociedade, pois através dele é possível oficializar conhecimentos e ideias a serem reproduzidos ou reinterpretados. Assim, segundo Lopes (2004), as políticas curriculares são aquelas que recebem maior destaque durante o processo de reformas educacionais, mesmo que essas derivem de um conjunto de ações de diversas instâncias sociais. Isso se deve ao fato de tais políticas se constituírem como um processo de negociação, seleção e produção de saberes e culturas a serem organizados e ensinados, e dessa forma implicarem diretamente na construção de documentos curriculares oficiais. No tocante da EF a influência das ideologias e culturas dominantes determinou currículos tecnicistas e prescritivos, entretanto nos últimos anos tem-se evidenciado a procura por currículos que promovam a contextualização das práticas corporais enquanto elementos culturais. Ainda assim, corroboramos com Goés e Vieira Junior (2011) quando demonstram que mesmo com tais propostas à EF é vista como uma atividade complementar do currículo escolar, fato que dificulta a integração dos seus conteúdos aos de outras disciplinas. Nesse sentido,, o presente estudo tem como objetivo analisar as repercussões das políticas curriculares para Educação Física na Rede Municipal de Ensino de Santa Maria – RS nas últimas duas décadas, bem como compreender os contextos de influência e de produção de textos dos PCN's, das Diretrizes Curriculares Nacionais, da Base Nacional Comum Curricular, Lições do Rio Grande e das Orientações Curriculares de Santa Maria-RS para Educação Física no Ensino Fundamental analisando de que modo estes documentos curriculares oficiais se articulam no âmbito da Educação Física. Compreendemos que a análise de políticas públicas ainda encontra poucos referencias analíticos definidos no Brasil, desta forma a fim de embasar metodologicamente o trabalho faremos a análise a partir da Abordagem do Ciclo de Políticas (Policy Cicle Approach) proposta por Stephen Ball e Richard Bowe. Diante da análise dos documentos observamos que a interdisciplinaridade, ainda aparece de modo superficial, a partir de diferentes concepções teóricas. Em alguns documentos, a interdisciplinaridade é entendida como o desenvolvimento de projetos, enquanto em outros, trata-se de um objetivo a ser alcançado. Portanto, é necessário aprofundar as discussões sobre o conceito de interdisciplinaridade, de modo que essa se concretize no currículo escolar, especialmente nas aulas de Educação Física.

**Palavras-chave:** Políticas curriculares. Educação física. Interdisciplinaridade.

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Educação Física Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: cfoggiao@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestranda na linha de pesquisa Aspectos Sócio-culturais e Pedagógicos da Educação Física do Curso de Pós-graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: dessa\_mks@hotmail.com.

<sup>3</sup> Professora Adjunta do Departamento de Administração Escolar do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: dessaaita@gmail.com.

## 1 INTRODUÇÃO

Dentro do contexto educacional são muitos os elementos que contribuem para a busca de uma melhor qualidade na educação, neste sentido algumas discussões ganham maior enfoque que outras, como é o caso do currículo que, ao longo dos anos, vem sendo debatido em diferentes esferas sociais, políticas e econômicas. Segundo Lopes (2004), as políticas curriculares são aquelas que recebem maior destaque durante o processo de reformas educacionais, mesmo que essas derivem de um conjunto de ações de diversas instâncias sociais. Isso se deve ao fato de tais políticas se constituírem como um processo de negociação, seleção e produção de saberes e culturas a serem organizados e ensinados, e dessa forma implicarem diretamente na construção de documentos curriculares oficiais.

No tocante da Educação Física a influência das ideologias e culturas dominantes determinou currículos tecnicistas e prescritivos. Entretanto, nos últimos anos tem-se evidenciado a procura por currículos que promovam a contextualização das práticas corporais enquanto elementos culturais. Ainda assim, corroboramos com Goés e Vieira Junior (2011) quando demonstram que mesmo com tais propostas à Educação Física é vista como uma atividade complementar do currículo escolar, fato que dificulta a integração dos seus conteúdos aos de outras disciplinas.

No que tange a interdisciplinaridade, corroboramos com Frigotto (2008, p. 42) quando aponta que esta é muito mais que uma questão de técnica didática, mas *“se impõe como necessidade e com problema fundamentalmente no plano material histórico-cultural e no plano epistemológico”*. Ou seja, a interdisciplinaridade é necessidade pela maneira com as quais os homens se formam enquanto seres sociais e sujeitos e objetos do conhecimento, utilizando-se das mais diversas relações sociais e conceituais e se constituindo enquanto problema devido aos limites de cada sujeito na busca pelo conhecimento, e pela forma cindida nas quais, atualmente, o Homem produz sua vida, que na escola translucida-se na divisão do trabalho pedagógico de cada disciplina.

Neste sentido, acreditamos que o trabalho interdisciplinar:

[...] não se efetiva se não formos capazes de transcender a fragmentação e o plano fenomênico, heranças fortes do empiricismo e do positivismo. Todavia, [...] ele também não se efetiva se cairmos no reducionismo estruturalista que abandona o plano histórico-empírico e se locupleta no plano discursivo. (FRIGOTTO, 2008).

Assim sendo, para que a interdisciplinaridade tenha sucesso no âmbito escolar é necessário superar as fragilidades do discurso comum que insiste em propor a ruptura da organização disciplinar das diversas áreas do conhecimento. Contrapondo essa ideia, elucidamos que a interdisciplinaridade só ocorre com a

presença das disciplinas, ou seja, ela acontece a partir das especificidades de cada componente curricular em trabalhos pedagógicos que se destacam por ser realizados de forma conjunta e articulada.

Conforme indica Thiesen (2013), a problemática da articulação/desarticulação entre as diferentes disciplinas promove amplo debate no campo do currículo, no entanto através da observação das políticas curriculares ocidentais evidencia-se que na tentativa de solucionar tal problemática tem-se formulado e disseminado propostas e diretrizes que em seus textos trazem a perspectiva da integração ou da interdisciplinaridade do currículo, como instrumentos pedagógicos a partir prescrição aos sistemas e aos educadores de o que e como estes devem proceder para se garantir um currículo verdadeiramente integrador e interdisciplinar.

A concepção que predomina tanto em propostas liberais quanto progressistas é a de que a interdisciplinaridade tem a ver essencialmente com questões de organização dos processos pedagógicos, com postura do educador, com a eficiência na constituição das matrizes curriculares, com a garantia de trabalho coletivo, ou ainda com a disponibilização de ferramentas tecnológicas que facilitem a articulação e o diálogo entre os profissionais e deles com o mundo. (THEISEN, 2013, p. 595).

O trabalho de pesquisa do qual resulta o presente artigo tem como objetivo analisar a continuidade e articulação dos documentos oficiais curriculares, nos âmbitos nacional, estadual e municipal, com enfoque na área da Educação Física. Tendo em vista a influência que tais propostas curriculares exercem no contexto escolar identificamos como relevante analisar, também, de que maneira a interdisciplinaridade é tratada nestes documentos.

## 2 METODOLOGIA

A teorização sobre a análise de políticas educacionais é recente no Brasil, por isso segundo Mainardes (2006, p. 48) ainda não estão consolidados “referencias analíticos mais específicos para a pesquisa de políticas públicas, sociais e educacionais. Neste sentido, o autor aponta a “Abordagem do Ciclo de Políticas” (Policy Cycle Approach), produzida por Stephen Ball e Richard Bowe, como uma alternativa de referencial analítico útil que permite analisar criticamente as políticas educacionais desde sua formulação até a sua atuação no contexto da prática.

A fim de subsidiar a discussão, corroboramos com o autor quando esclarece que esta abordagem analítica:

[...] destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local

e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais. (MAINARDES, 2006, p. 49)

O Ciclo de Políticas constitui-se com uma abordagem dinâmica e flexível, na qual os contextos de influência, produção de texto, da prática, dos resultados ou efeitos, e de estratégia política possuem uma interação contínua, porém não linear. Isso significa que as diferentes interações das políticas são complexas e cada contexto influencia em outros simultaneamente, ao passo que também é influenciado.

O contexto de influência é onde ocorre o fluxo de ideias que constituíram as políticas públicas, assim podemos identificar a partir dele os discursos políticos que se legitimarão enquanto base para estas. Neste contexto transcorrem as disputadas entre grupos de interesse para estabelecer as finalidades e os significados sociais da educação, assim tais grupos são formados por redes sociais dentro e em torno de instituições sociais, tais como partidos políticos, agentes legislativos e agências multilaterais.

O contexto de produção de texto pode ser compreendido como o resultado das disputas travadas no contexto de influência, ou seja, o local onde as ideias do contexto anterior tomam a forma escrita. Nele as ideologias e os discursos políticos se tornam textos com linguagem voltada ao público mais geral, tanto no âmbito formal, através de documentos legais, ou informal por meio de vídeos e comentários a respeito deles. A respeito destes textos, Mainardes (2006) ressalta que nem sempre eles se mostram claros e coerentes, podendo se tornar contraditórios.

O que resulta do contexto de produção de texto não está findado como verdade única e imutável, pelo contrário, a política que resulta deste é interpretada e recriada no terceiro contexto do ciclo, o contexto da prática. Nesta arena, os resultados das políticas tomam efeitos concretos que podem transformar significativamente a política original (Bowe et al., *apud* Mainardes, 2006). Neste sentido, evidencia-se que o que pensam os professores e demais profissionais, atores deste contexto, têm significativa e profunda importância para o processo de implementação das políticas.

O quarto contexto observa que as políticas para além dos resultados possuem efeitos como os impactos e as interações com a desigualdade social, com isso o *“contexto dos resultados ou efeitos preocupa-se com questões de justiça, igualdade e liberdade individual”* (Mainardes, 2006, p. 54). Tais efeitos são distinguidos em efeitos de primeira e segunda, sendo que:

Os efeitos de primeira ordem referem-se a mudanças na prática ou na estrutura e são evidentes em lugares específicos ou no sistema como um todo. Os efeitos de segunda ordem referem-se ao impacto dessas mudanças nos padrões de acesso social, oportunidade e justiça social. (BALL, 1994, *apud* MAINARDES, 2006, p. 55).

O contexto final diz respeito àquelas atividades sociais e políticas criadas para solucionar ou amenizar as desigualdades reproduzidas ou promovidas pela política investigada, sendo este denominado de contexto de estratégia política.

Tendo em vista tais contextos, no presente trabalho buscamos analisar a maneira como os contextos de influência e de produção de texto dos documentos curriculares se articulam e repercutem nos âmbitos nacional, estadual e municipal, identificando sobremaneira as concepções de interdisciplinaridade presentes em cada documento, e na especificidade do componente curricular Educação Física no Ensino Fundamental. No âmbito nacional analisamos os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular, no estadual e municipal foram analisados, respectivamente, as Lições do Rio Grande e as Orientações Curriculares para o Ensino Fundamental de Santa Maria.

### **3 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

#### **1- Os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Interdisciplinaridade**

A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394/96) as discussões acerca da implantação de um currículo mínimo ganharam dimensões maiores, afinal a referida lei reforça esta causa como uma necessidade para promoção de uma educação básica de qualidade. Neste sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados a fim de constituírem-se como um referencial de qualidade para elaboração de propostas curriculares nos sistemas estaduais e municipais de ensino.

Esta busca por uma educação de qualidade recorrentemente tratada nos textos do documento, advém de posições consensuais tomadas pelos países em desenvolvimento durante a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada na Tailândia em 1990, e organizada por entidades mundiais como a Unicef, a Unesco, PNUD e o Banco Mundial.

Evidenciamos que ao tornarem-se referência para (re)elaboração de propostas curriculares no contexto da prática, os PCNs expuseram conceitos fundamentais para educação brasileira, tais como a democratização do ensino, garantia de respeito à diversidade cultural e à autonomia dos professores, a aquisição de capacidades e habilidades para o exercício da cidadania e do trabalho, e a noção do “aprender a aprender” que equaciona o sentido de constante produção do conhecimento.

Entretanto, quando se trata da interdisciplinaridade, ao longo dos Parâmetros Curriculares Nacionais não encontramos um entendimento concreto a respeito deste conceito. No documento introdutório aos

PCN's para os dois primeiros ciclos do Ensino Fundamental a interdisciplinaridade é reduzida a uma maneira de articular os conteúdos de diferentes áreas de conhecimento, conforme demonstra o excerto a seguir:

[...] ao trabalhar conteúdos de Ciências Naturais, os alunos buscam informações em suas pesquisas, registram observações, anotam e quantificam dados. Portanto, utilizam-se de conhecimentos relacionados à área de Língua Portuguesa, à de Matemática, além de outras, dependendo do estudo em questão. O professor, considerando a multiplicidade de conhecimentos em jogo nas diferentes situações, pode tomar decisões a respeito de suas intervenções e da maneira como tratará os temas, de forma a propiciar aos alunos uma abordagem mais significativa e contextualizada. (BRASIL, 1997, p. 44).

Portanto, a interdisciplinaridade nesta perspectiva, segundo Garcia (2008, p. 369), *“seria mais uma tentativa parcial de relacionar conteúdos, mantendo intactas suas fragmentações e especializações, sem envolver uma tentativa de superar os limites das disciplinas”*.

No que diz respeito ao ciclo final do Ensino Fundamental, os Parâmetros Curriculares Nacionais trazem o conceito de interdisciplinaridade atrelado aos temas transversais, que são problemáticas sociais como a ética, a saúde, meio ambiente, pluralidade cultural, orientação sexual, e trabalho e consumo. Neste sentido, o texto esclarece que tais temas não se configuram enquanto áreas de conhecimento, mas são transversais a estas, e com isso pressupõem:

[...] um tratamento integrado das áreas e um compromisso com as relações interpessoais no âmbito da escola, pois os valores que se quer transmitir, os experimentados na vivência escolar e a coerência entre eles devem ser claros para desenvolver a capacidade dos alunos de intervir na realidade e transformá-la, tendo essa capacidade relação direta com o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade. (BRASIL, 1998, p. 65).

Com isso, evidenciamos uma nova maneira de entender a interdisciplinaridade, muito mais ligada a concepção de conhecimento não fragmentado, mas que agrega diversas áreas para discutir um tema em comum. Em consonância a isto, observamos que a interdisciplinaridade é também compreendida enquanto projetos ou uma proposta de reorganização curricular, que desfaça a ordem vigente de conteúdo fixados previamente.

## 2- A Base Nacional Comum Curricular e a Interdisciplinaridade

A Base Nacional Comum Curricular ainda está em processo de formulação, neste sentido utilizamos a sua segunda versão, a qual já aderiu as sugestões do processo de consulta pública, configurando-se como documento mais recente a respeito das políticas curriculares, em âmbito nacional. A formulação da BNCC

transcorre da mesma preocupação que havia na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, ou seja, criar uma proposta curricular a nível nacional que orientasse os sistemas estaduais e municipais na elaboração de suas propostas.

Neste sentido, observamos que da mesma forma que os PCNs, a Base tenta cumprir com as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394/96), que estabelece a necessidade de um currículo nacional, ideia esta que é reforçada pelas Diretrizes Curriculares Gerais da Educação Básica e pelo Plano Nacional da Educação.

O processo de construção do texto da Base começou a partir da formação de um Comitê de Assesores e Especialistas<sup>4</sup> de cada Estado Federativo e do Distrito Federal, que formulou a primeira versão do documento. Tal produção foi disponibilizada para consulta pública, via internet entre Setembro de 2015 e Março de 2016, pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), assim foi possível coletar a contribuição de estudantes e professores de todos os níveis de ensino, pais ou responsáveis por estudantes da Educação Básica, organizações de diversas esferas sociais, e redes de ensino.

Além desta consulta pública, a Diretoria de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica promoveu e participou de reuniões, seminários e fóruns realizados em espaços educacionais e sócias afim de ampliar a discussão do documento. Outra ação para debater a Base foi a solicitação de parecer analíticos e críticos de professores universitários e associações científicas, externos aos Comitês. Ao final deste processo, e com base nos resultados foi tornado público a segunda versão da Base Nacional Comum Curricular, que foi discutida novamente em conferências estaduais até o início de Agosto de 2016.

A Base Nacional Comum Curricular confere a educação uma conotação de direito que devido a isso deve ir em direção *“à garantia de acesso, pelos estudantes e pelas estudantes, às condições para seu exercício de cidadania”* (BRASIL, 2016), desta forma o documento assegura objetivos de aprendizagem e desenvolvimentos para cada nível de ensino e área de conhecimento. Tais objetivos estão de acordo com o Glossário de Terminologia Curricular da Unesco e referem-se à *“especificação da aprendizagem a ser alcançada ao término de um programa ou de uma atividade educacional”* (UNESCO, 2016 apud BRASIL, 2016).

---

<sup>4</sup> Foram integrantes deste Comitê: professores universitários, atuantes na pesquisa e no ensino das diferentes áreas de conhecimento da Educação Básica, docentes da Educação Básica e técnicos das secretarias de educação, estes dois últimos indicados pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e pela União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).

Tendo em vista a análise do documento, observamos que a Base Nacional Comum Curricular também não apresenta uma referência concreta acerca do conceito de interdisciplinaridade. No entanto, podemos perceber dois entendimentos a respeito deste conceito, o primeiro refere-se ao papel dos Temas Especiais, que assim como os Temas Transversais nos PCNs são questões no âmbito social, e com atravessam as áreas dos conhecimentos, neste sentido assim como na primeira proposta a interdisciplinaridade continua sendo vinculada ao sentido de projetos.

O segundo entendimento possível a respeito da interdisciplinaridade é encontrado no decorrer as especificidades de cada componente curricular, desta forma no tocante da Educação Física o conceito é tratado como uma possibilidade de articulação a conhecimentos de outros componentes curriculares, no entanto diferente dos demais documentos a BNCC não aponta exemplos diretivos.

### 3- As Lições do Rio Grande e a Interdisciplinaridade

O Referencial Curricular do Rio Grande do Sul (Lições do Rio Grande) foi elaborado em conjunto com ações do governo estadual, a partir do ano de 2007, a fim de qualificar a educação do estado. Estiveram envolvidas nestas ações diversas entidades, como Coordenadorias Regionais de Educação, a Secretaria Estadual de Educação, o Sistema de Avaliação Educacional do Rio Grande do Sul e o Ministério da Educação.

Além disso, a preocupação em articular um referencial curricular estadual esteve imbricada ao lançamento do Movimento Todos pela Educação, que estabeleceu cinco metas a serem atingidas para que a qualidade da educação brasileira fosse alcançada. A terceira meta estabelece que todo aluno tem o direito de receber o aprendizado adequado a série que frequenta, fazendo com que a definição de uma proposta curricular seja necessária.

Diferente dos demais documentos curriculares, as Lições do Rio Grande já estabelecem, explicitamente, que a interdisciplinaridade deve ser uma competência desenvolvida enquanto prática permanente no contexto escolar. Isto acontece, pois o documento parte de que todos os conhecimentos devem ser contextualizados, de forma a articular os conteúdos as diferentes áreas.

Neste sentido, o documento torna-se bastante próximo ao demais, no entanto ao explicar como a mesma deve ser concretizada o Referencial aponta que *“a interdisciplinaridade começa pelo planejamento conjunto, por área do conhecimento, e se concretiza pela cooperação entre as disciplinas”* (RIO GRANDE DO SUL, 2009, p. 31), nesta direção esta cooperação parte de unidades temáticas e conceitos estruturantes comuns que devem ser abordados nos planos de trabalho dos professores, a partir da construção coletiva dos mesmos.



No que tange à Educação Física, observamos que o documento esclarece quais temáticas podem ser utilizadas nesta cooperação com as demais áreas, sendo elas representações sociais sobre a cultura corporal de movimento, subdivididas em Práticas Corporais e Sociedade, e Práticas Corporais e Saúde.

#### **4- Orientações Curriculares de Santa Maria e a Interdisciplinaridade**

O documento “Orientações Curriculares para o Ensino Fundamental”, currículo oficial da Secretaria Municipal de Santa Maria/RS engloba todas as áreas do conhecimento e tem sido uma proposta para auxiliar o trabalho do professor. O diferencial desse documento, em relação aos outros já citados nesse trabalho, reside no fato de que essas “Orientações Curriculares” foram construídas de forma colaborativa a partir de encontros de Formação Continuada no período de 2011 a 2014, em que participaram os docentes da Educação Básica, os professores de Universidades Públicas e Privadas e os representantes da Secretaria Municipal de Educação.

Esse trabalho de construção curricular ocorreu em cada disciplina e portanto, a estrutura do documento também se delineou dessa forma. Todavia, há partes dos textos que apontam para práticas interdisciplinares, ainda que apareçam de maneira tímida e pouco aprofundada.

Especificamente na parte do texto que corresponde aos anos finais, é proposto a interdisciplinaridade no documento e também a criação de propostas pedagógicas em torno de temas geradores e/ou projetos e o trabalho centrado a partir de questões problematizadoras. O documento explicita:

Trabalhar a interdisciplinaridade como mola propulsora da ação pedagógica, uma vez que todo conhecimento mantém um diálogo com outros conhecimentos; portanto, define-se que o imprescindível é a criação de práticas de ensino que estabeleçam relações entre os componentes curriculares e aliem aos problemas da sociedade. Ressalta-se que o princípio da interdisciplinaridade é entender que as disciplinas escolares não devem ser trabalhadas fechadas em si, mas, a partir de suas especialidades é preciso que, nas práticas pedagógicas, se estabeleça relações umas às outras a fim de levar o aluno a ampliar a sua compreensão sobre os assuntos estudados a partir das inter-relações estabelecidas entre as diversas áreas de conhecimento. (ORIENTAÇÕES CURRICULARES - SANTA MARIA, 2014, p.87).

Em linhas gerais, o currículo todo está separado por disciplinas e organizado por descritores, ou seja, os conteúdos e o ano em que deve ser trabalhado os mesmos. No entanto, os idealizadores dessa produção reiteram logo nas primeiras páginas do documento, a possibilidade de modificar e adaptar as idéias para seus contextos escolares.

No que se refere à Educação Física, é possível vislumbrar um cenário curricular com facilidade na articulação com outras áreas do conhecimento, mas que não possui amparo no próprio documento.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões sobre políticas curriculares estão recendo maior destaque nos últimos em relação as demais políticas educacionais, isto ocorre em detrimento destas se constituírem como um processo de negociação dos conhecimentos e bases de ensino para a educação. Neste sentido, a preocupação com a formulação de propostas curriculares também é difundida amplamente, e ocupa a discussão teórica das diversas áreas de conhecimento, como a Educação Física.

Acreditamos que por conta disto, tais documentos devem tornar claro as suas propostas de educação, bem como os conceitos fundamentais para concretizá-las, como por exemplo, a interdisciplinaridade. Haja vista que esta deve ser tomada enquanto necessidade, pela forma como nos organizamos em sociedade, e como problema, devido a maneira como os conhecimentos estão organizados no currículo.

Tendo em vista a Abordagem do Ciclo de Políticas, observamos que quanto ao contexto de influência o processo de elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, Referenciais Curriculares do Rio Grande do Sul, Orientações para o Ensino Fundamental e Base Nacional Comum Curricular advêm de ações no campo macro das políticas, como a Conferência Mundial de Educação para Todos, que refletem no campo micro da educação, como formulação de currículos para cada município. Referente ao contexto de produção de texto evidenciamos que este se deu de maneiras diferentes, com espaços de democratização para contribuições diversos e correspondente ao tempo em que os documentos foram elaborados.

Em decorrência destes fatores, acreditamos que ainda não é possível perceber a articulação entre as propostas analisadas no que tange a interdisciplinaridade, pois encontramos, ao longo dos textos oficiais, diversos conceitos na tentativa de concretizá-la no contexto escolar, por exemplo, o entendimento de interdisciplinaridade como base epistemológica, como projeto envolvendo diferentes disciplinas e uma forma de articulação dos conhecimentos. Além disso, evidenciamos que no refere à Educação Física e a interdisciplinaridade os documentos apenas apontam temas que podem favorecer a articulação com os demais componentes curriculares.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96**, Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Sub-Chefia para Assuntos Jurídicos, 1996.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126 pp.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 174 pp.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília-DF; MEC; CONSED; UNDIME, 2016. Disponível em:  
<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e problema nas Ciências Sociais. **Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste**. Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 41-62, 2008.

GARCIA, J. A interdisciplinaridade segundo os PCNs. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 7, n. 35, p. 363-378, set./dez., 2008.

LOPES, A. C. Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos? **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 26, p. 109-118, 2004.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, 2006.

THIESEN, J. S. Currículo Interdisciplinar: contradições, limites e possibilidades. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n. 2, p. 591- 614, mai./ago., 2013.

VIEIRA JUNIOR, P. R.; Góes, F. T. Reflexões Iniciais sobre a Educação Física e a Interdisciplinaridade no Currículo Escolar: um estudo de caso. **Revista Formação@Docente**, v. 3, p. 1-14, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Secretaria de Município da Educação. Rede Municipal de Ensino de Santa Maria/RS. **Orientações Curriculares para o Ensino Fundamental**. Santa Maria: Secretaria de Município da Educação, 2014, 127 pp.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. Departamento Pedagógico (Org.). **Referencial Curricular do Rio Grande do Sul – Lições do Rio Grande: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias – Artes e Educação Física**. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul, 2009, v. 2.